

# Ética e Compromisso na Prática Escolar Libertadora

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

## **Lucas Ferreira Rodrigues da Silva**

Universidade Severino Sombra, Pró-reitoria de Ciências Humanas,  
Curso de Letras  
lucas\_uss@yahoo.com.br

## **Marcela da Almeida Couto**

Universidade Severino Sombra, Pró-reitoria de Ciências Humanas,  
Curso de Letras  
marcela\_lindinha.almeida@hotmail.com

## **Rafael Italo Fernandes da Fonseca**

Universidade Severino Sombra, Pró-reitoria de Ciências Humanas,  
Curso de Letras  
rafael.iff@globo.com

## **William Teixeira Alves**

Universidade Severino Sombra, Pró-reitoria de Ciências Humanas,  
Curso de Letras  
wyl.alves@bol.com.br

Paulo Freire foi o educador que levou a seus livros os ideais de uma pedagogia crítica. Também filósofo, o professor leva as trocas entre conhecimentos da sala de aula a alto nível de estudo, quando ratifica e valoriza o processo dialético que envolve essa negociação entre senso comum e científico. Não diferentes são os conceitos que estão bem eternizados e agrupados em “Pedagogia da Autonomia”, sua última publicação.

É uma dedicatória amigável do educador, mesclado pelo profissional e pelo humano, que abre o livro. É nela que se vê o Paulo de casa e o Paulo Freire da escola; e é ela que abre caminho para as palavras da Prof<sup>a</sup>. Edna Castro de Oliveira que, admitindo ter família influenciada pelas ideias freirianas, por primeiro destaca, em prefácio, a capacidade de argumentação do aluno, ao abrir um leque positivo de concordâncias com o texto.

Tarefa importante e defendida nas primeiras e sintetizadas linhas é separar a prática proposta no livro da que é programada e instituída por regimentos. Enquanto esta contribui para a alienação do discente, aquela deve ser embasada no respeito à autonomia do mesmo.

O que diz Graça Paulino (1988) sobre o homem ser um ente histórico, tal como toda sua produção, acaba por concordar com outro destaque da professora feito nesse prefácio. Não é possível separar o conhecimento da grade escolar daquele de base empírica, do qual o aluno não lança mão quando passa pela porta da sala de aula. Para tornar essa união algo realizado, é necessário que o docente compreenda que não precisa arremessar

fora suas competências na ciência ensinada para que, em seu universo afetivo, sejam construídas relações de mesmo nível verdadeiramente humanas com seus alunos, levando-os à experiência do conhecimento gerado por seus próprios alicerces.

O mundo das fontes de informação não parou de crescer quando Freire escreveu suas obras e, por isso, defende Edna, seus conselhos valem para épocas plurais. Se não interrompeu sua expansão e o aluno muda também, por que o professor não deve se reconstruir? Eis mais um ponto em conflito com a realidade do corpo docente das escolas, muitas vezes desapegado aos processos exigidos pela situação e pelo tempo.

Sendo assim, além do constante aperfeiçoamento, o professor deve vestir-se de ética e se colocar contra quaisquer processos que atrapalhem na visão social de formação humana e de busca por essa humanização. A saber, tais posicionamentos requerem a autorreflexão e leituras críticas para romper – não de uma vez, mas lentamente – com alguns conhecimentos de mundo que não fazem jus à verdade científica.

A professora ainda ressalta, crê-se que a título de elogio, a sensibilidade das palavras de Freire no que pertence à ideia de que o professor não necessita abandonar a estética da formalidade da sala de aula para agir com a solidariedade proposta pelo escritor, enquanto compromisso inerente ao ser humano, a fim de se alcançar a ética tantas vezes mencionada ao longo do texto.

Uma outra parte, a que Freire chama de primeiras palavras, introduz o livro. Nela, o educador considera que o ato de formar – ainda que “formar” designe um produto restrito – não é tão importante quanto construir, porém é mais valoroso que simplesmente treinar. Além disso, confere ao professor a tarefa de se vestir de lealdade, ademais de estar armado da responsabilidade ética, para que a prática educativa se dê sem a sobreposição de ideais individuais do docente ou do discente. Também é fundamental que se compreenda que o ser humano é condicionado a pensar em seu universo a priori. Desse modo, o capital cultural (BOURDIEU 2002) de um aluno lhe foi condicionado, não determinado.

Para ligar essas últimas palavras de introdução, ao primeiro capítulo da obra, existe um gancho. É uma ideia de que o futuro é algo a ser problematizado. Deve-se romper a noção de preparação do aluno para um dado contexto estático em que sobreviver é a lei. Nas palavras de Freire, esse conceito “nos nega e amesquinha como gente.” [Freire 2010:20]

Aproveitando-se, então, da questão suspensa desse gancho, o primeiro capítulo traz a visão da prática educativa crítico-reflexiva, que garante ao professor uma formação consciente, cujo foco é mostrar que tudo se pode aperfeiçoar pela prática.

A relação, porém, entre teoria e prática não é de mão única e faz bem Freire ao deixar claro que se trata de um processo dialético, que demanda articulação e que exige habilidades do mestre para ser efetivado.

A postura liberal do professor-escritor recorre a um sumário de conhecimentos alinhados e postula que ensinar não é transferir conhecimento. Tal feito é impossível e negaria a autonomia do educando. Ser uma ponte entre a informação e a construção de conhecimento destaca-se como sendo a função daquele que, de fato, ensina.

Esse que ensina, por sua vez, tem de acompanhar a evolução das abordagens e dos pontos que cada informação defende ou nega. Para tal, deve haver uma constante reciclagem

de conceitos e o desejo de transformar aquele universo restrito em um ambiente de conhecimento amplo e variado, campo verdadeiramente holístico, isto é, partir do gnosiológico a fim de alcançar o epistemológico. A curiosidade do aluno deve tender, em algum momento, a ser epistemológica. Ocorrerá no mesmo instante em que não vá lhe bastar a ingênua curiosidade inata.

Com isso, torna-se correto afirmar que a persistência nesse “querer saber ciência” levará o aluno a pensar certo, a ser crítico, e aí está o objetivo do professor que assume a democracia do progresso que está para além do giz. Esse mestre, portanto, deve ser desafiador e compreender que pensar certo não é algo que acontece só. Não necessita abandonar o conceito da imposição intelectual denunciada pelas citações e leituras, mas seria preferível fazê-lo a usar dela sem a busca por humanização e ética. Em outras palavras, e nas de Freire, não adianta ser um professor mecânico – aquele dos depósitos de informações do ensino bancário – sem a vontade de fazer de um aluno um criador. Uns dos primeiros passos para essa eficaz transformação, então, seriam: sacar fora do discente o medo de pensar, convencê-lo de que o erro é prova da inexistência da verdade absoluta e conduzi-lo à compreensão de que a leitura é dada na interação entre o Homem e o texto [Koch 2002]. Aí está a interdependência da “dodiscência”.

Pensar certo exige experiência; a experiência exige identidade; a identidade, cultura e a cultura, ética. “Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela” (FREIRE 2010:33).

Se está correto dizer que esse pensar é desenvolvido pela curiosidade epistemológica, ainda mais importante é entender que esse conhecimento não se trata puramente de total adivinhação, “mas tem algo que ver, de vez em quando, com adivinhar, com intuir.” (FREIRE 2010:45) E, além disso, está longe das fórmulas e tratados preestabelecidos.

Carregando a negação de o ato de ensinar se tratar de transferência de conhecimento, o segundo capítulo prolonga a adequada problematização da aula puramente falada. Essa prática degradante, sim, é total transferência de conteúdos e teorias muito pouco aplicáveis à realidade do alunado, fato igualmente negativo.

A luta do docente, então, acumula algozes. Agora, é-se necessário unir o pensar certo ao entendimento de que é contra a ética o ensino bancário. Trata-se de tomar “uma postura exigente, difícil, e por vezes penosa” (FREIRE 2010:49).

Esse segundo capítulo também traz de volta aquela ideia de ensinar sabendo da permanente reconstrução e apresenta, como razão para isso, o inacabamento. Freire ainda vai além da pedagogia e dá alicerces biológicos à afirmação ao relativizar que “onde há vida, há inacabamento” (FREIRE 2010:50) e categorizar que um ser ético é primeiramente formado pela consciência da inconclusão.

Ideias de alunos e professor, inclusive na ciência ensinada, podem ser conflitantes. Isso acontece por conta daquele condicionamento e se faz importante para o docente reconhecer a variedade desse ponto que tange a base de todo o conhecimento enciclopédico dos seres humanos.

A autonomia do aluno deve ser calçada no bom-senso do professor e esse bom-senso tem de ter por apoio aquela autorreflexão das linhas prefaciais, das decisões ao cumprimento das obrigações docentes. E, além disso, a autonomia deve se desenhar sobre a realidade, em grande proximidade com os fatos e saberes de mundo.

O professor, já vestido de lealdade e portando responsabilidade ética, precisa equipar-se de humildade, alegria e esperança em seus atos. Sendo assim, será visível ao aluno o prazer do trabalho direcionado para o desenvolvimento de seu pensar crítico. E são também preocupações de Freire: eliminar a noção do insucesso causado pela própria incompetência e exterminar a raiz desse tipo de pensar. A educação deve perpassar a crença na mudança para gerar seres livres da opressão do sistema – o real fracasso – e, assim, fazer com que não se tornem “coniventes da ordem desumanizante” (FREIRE 2010:83).

É entrando outra vez nas curiosidades do discente e analisando a relação dialética entre a sua liberdade e a autoridade do professor que o terceiro capítulo abre a semelhança entre o ato de ensinar e a ética. Ambas são peculiaridades do ser humano e, por serem elementos cruciais nas práticas progressistas, seria um crime para a perspectiva freiriana tentar dissociá-las.

Já no princípio dessa última parte da obra, é ressaltada essa autoridade do professor. No romance de James Hunter (2004), a prática do mestre pautado nas propostas éticas e leis seria um exercício de uma autoridade líder, já que não estaria firmada sobre influências pessoais, mas na busca pelo bem comum, na via de mão dupla da “dodiscência”. O então “professor-líder” é também seguro, competente e generoso. Essas qualidades constituem ponto híbrido entre suas faces pessoais e profissionais. Passadas algumas linhas, a autoridade líder de Hunter é identificada no que Freire denomina “autoridade coerentemente democrática”, que “jamais se omite” (FREIRE 2010:93)

Na leitura, fica claro que esse capítulo retoma e amarra ideias de toda a obra.

Outro exemplo desse discurso anafórico da parte em questão é a noção de que a dissociação entre o ensino de conteúdos e a formação ética do discente é impossível. Paulo Freire considera esse mais um saber necessário.

Assim como a crença na mudança do segundo capítulo, a educação do terceiro é capaz de intervir no mundo. Esse é o ponto que denuncia a maior parte das práticas educativas vigentes. O curso médio se preocupa em formar vestibulandos e a assertiva do educador, que nos escreve e prescreve a autonomia, considera “... uma imoralidade que se sobreponha aos interesses radicalmente humanos, os do mercado” (FREIRE 2010:100).

As decisões do professor agora ganham a “obrigação” de serem conscientes para que as tarefas docentes se adequem à realidade discente. Para saber como é essa realidade, é necessário que o professor seja bom ouvinte, de agradável diálogo e que reconheça a educação como processo inúmeras vezes marcado por ideologias.

Dessa forma, temos em “Pedagogia da Autonomia” um manual altamente recomendado ao público que está, de alguma forma, inserido nos ambientes educativos. Além de eliminar discursos rasos em argumentos contra relações entre corpos docentes e discentes, recomenda e lista elementos importantes para a formação de um professor segundo a liberdade da educação progressista. Deve ser crítico, consciente, revestido de respeito, lealdade e responsabilidade ética; necessita exigir de si um caráter desafiador, tolerante, convicto e curioso; precisa ser seguro, competente, comprometido com a verdade, com a liberdade e com a decisão; deve procurar escutar e querer bem; e, principalmente, reconhecer, sem as usar, as ideologias preestabelecidas no processo de ensino-aprendizagem e ver

na autonomia do discente o caminho ideal para que da escola saia “gente mais gente.”  
(FREIRE 2010:146)

## Referências

PAULINO, G. *Literatura: participação e prazer*. São Paulo: FTD, 1998.

BOURDIEU, P. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

KOCH, I. V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2001.

HUNTER, J. C. *O monge e o executivo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.